

Aula 4 – Para Onde Vai o Dinheiro dos Impostos? Emendas e Orçamento Secreto

1. De onde vem o dinheiro das políticas públicas

O dinheiro arrecadado com impostos financia saúde, educação, segurança, infraestrutura, programas sociais, aposentadorias, funcionamento dos Poderes e pagamento de dívidas.

É basicamente o que mantém o Estado funcionando.

2. O que são emendas parlamentares

Emendas parlamentares são indicações feitas por deputados e senadores para direcionar parte do orçamento a obras, projetos e ações específicas nas regiões que representam.

Entre os principais tipos, temos as emendas individuais (cada parlamentar escolhe os destinos), as de bancada (decisão conjunta dos parlamentares de um mesmo estado) e as de comissão (ligadas às comissões temáticas, como saúde ou educação).

Muitas emendas são impositivas: uma vez aprovadas, o Executivo é obrigado a executá-las, dentro de certas regras.

Uma parte da arrecadação que aparece na LOA será, na prática, aplicada conforme essas emendas. Por isso muitas obras têm placas dizendo “Realizada com recursos de emenda parlamentar”.

3. O que foi o “Orçamento Secreto”

O chamado “Orçamento Secreto” ficou associado às emendas do tipo RP9, em que não era possível identificar claramente qual parlamentar havia indicado determinada verba.

Essa opacidade dificultava saber quem decidia, quanto e para onde ia o dinheiro, favorecendo uso político dos recursos, distribuição desigual e dificultando o controle social.

Por essas razões, o Supremo Tribunal Federal declarou esse modelo inconstitucional em 2022.

A crítica central não é ao fato de existirem emendas, mas à falta de transparência sobre quem decide, quanto e para onde vai o dinheiro.

4. Conectando emendas, impostos e controle social

Quando você paga impostos, parte desse dinheiro será aplicada diretamente por políticas definidas no PPA, na LDO e na LOA, e outra parte é canalizada via emendas parlamentares.

Por isso é tão importante acompanhar portais de transparência e relatórios fiscais: eles revelam como essa divisão está sendo feita e permitem que a sociedade cobre mais coerência e justiça na aplicação dos recursos.